

Anbid acha o pacote financeiro decepcionante

O presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Ronaldo Cezar Coelho, considerou, do ponto de vista estratégico, "uma deceção" as medidas de ajuste adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, "muito rigorosas sobre o setor privado, sem qualquer contrapartida de contenção de gastos públicos ou de redução de custeio". O Governo, segundo ele, perdeu a oportunidade de mostrar que o ajuste não é um imposto único sobre o setor privado.

Para o banqueiro, as medidas são, contudo, coerentes taticamente, pois conciliam a necessidade de o Governo colocar mais títulos públicos e de perseguir a meta de 95% de expansão monetária até o final do ano. Mas terão como consequência o

aumento das taxas de juros, na ponta de aplicação e de captação, com reflexos negativos no desenvolvimento da indústria e do comércio até o final de 84.

Ronaldo Cezar apontou alguns fatores como decisivos para a elevação dos juros: pequeno aumento na demanda por crédito; "fortíssimo constrangimento" para colocação de CDBs (Certificados de Depósitos Bancários); recolhimento antecipado de Imposto de Renda por parte dos bancos; aumento do depósito compulsório de 10% para 22%. Acredita que o aumento do mercado cativo de títulos públicos e a restrição a colocação de CDBs, apesar da necessidade dos bancos de captarem recursos, elevará em 10 pontos percentuais a

diferença de juros dos papéis privados para os públicos.

Abrasca

O presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Paulo Setúbal, acha que as empresas nacionais serão extremamente prejudicadas, com medidas que não atacam diretamente o déficit público, "criando um sistema artificial para sugar novos recursos do setor privado", de forma a sustentar as necessidades de caixa e receita do Governo.

Setúbal disse que os juros vão subir, o que dificultará às empresas de capital aberto a repactuarem as debêntures emitidas, obrigando-as a recorrer ao mercado financeiro, com um custo elevado.